São Martinho

NOVA FRONTEIRA BIOENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 11.725.039/0001-92

PETROBRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO NOVA FRONTEIRA BIOENERGIA S/A

Pradópolis, 05 de Julho de 2011. Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2011. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e o IFRS. Na safra 2010/2011, apesar dos fatores climáticos terem impactado negativamente o setor, a Usina Boa Vista, unidade operacional e controlada da Nova Fronteira, atingiu moagem 2 milhões de toneladas com produção de 176 mil m3 de etanol e EBITDA de 41%. No exercício social de 2011, destaca-se: - Anúncio, em 21/06/2010, da parceria estratégica entre a São Martinho S.A. ("SM") e a Petrobras Biocombustível S.A,("PBIO") com a criação da sociedade Nova Fronteira Bioenergia S.A., controladora da Usina Boa Vista S.A. e a SMBJ Agroindustrial S.A. A Petrobras Biocombustível S.A. terá 49% da nova sociedade, através da subscrição de R$420,8 milhões em ações; Abaixo, também detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2011, as perspectivas para a safra 11/12 (exercício social de 2012) para a Unidade Boa Vista e SMBJ, os programas e práticas de gestão e desenvolvimento de pessoal, projetos de responsabilidade social e ambiental, dentre outros temas. Diretor Presidente - Fábio Venturelli; Diretor de Operações - Agenor Cunha Pavan; Diretor Financeiro e Administrativo - Gilmar Alanis.

1. Descrição dos Negócios: A Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("Companhia") está sediada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social e atividade preponderante a participação no capital de outras empresas ("holding"), desde que essas tenham como objetivo social a produção e a comercialização de etanol e energia elétrica. A Companhia foi constituída em 4 de março de 2010 sob a denominação social de D.C.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e, subsequentemente, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 18 de junho de 2010, alterou sua denominação social para Nova Fronteira Bioenergia S.A. Em 21 de junho de 2010, a São Martinho e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por meio da sua subsidiária PBio anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. Com o referido acordo , a nova Companhia constituída seria uma "joint venture" entre a SM e a PBio, com o objetivo de elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("greenfield") SMBJ. A Companhia criada passaria a ser uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela São Martinho S.A. e Petrobrás Biocombustível S.A. Em 01/11/2010 a Petrobras Biocombustível subscreveu as ações na Nova Fronteira S.A. Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantêm investimentos nas seguintes controladas: Usina Boa Vista S.A. ("UBV"), em produção desde 2008; e SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ"), projeto de "greenfield". Conforme a Lei 6404 (Lei das S.A.s), de 15/12/76, e o Estatuto Social, a Companhia possui um Conselho de Administração composto por seis membros, instalado em 01/11/2010. As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/03/2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05/07/2011. A Companhia possui um Conselho Fiscal composto por três membros eleitos em 11/04/2011, o qual dará início aos seus trabalhos no presente exercício que se encerrará em 31/03/2012. Os mandatos dos membros dos Conselhos, tanto de administração como fiscal, terminarão na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de março de 2012.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado

Preços Médios	2011 (*)	2010 (**)	Var. %
Dólar	1,73	1,87	-7,5%
Etanol Anidro (MI)	1.094,58	955,45	14,6%
Etanol Hidratado (MI)	958,88	836,18	14,7%

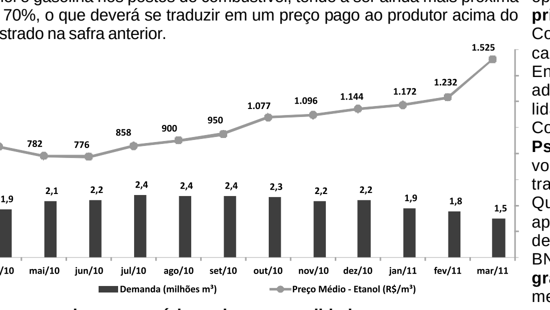
(*) Refere-se ao exercício social de 2011 (abril de 2010 a março de 2011)
(**) Refere-se ao exercício social de 2010 (abril de 2009 a março de 2010)

A safra 2010/2011 foi novamente impactada por fatores climáticos que afetaram negativamente a produção de etanol no Brasil. Com isso, a expansão da oferta continua bastante limitada o que tem se refletido no aumento de preços para o etanol. Na comparação dos preços médios de 2011 com os de 2010, houve um aumento de 14,6% para o etanol anidro e 14,7% para o etanol hidratado, impulsionado pela crescente demanda pelo combustível devido ao aumento da frota de carros com combustível tipo flex no Brasil. **3. Gestão de Pessoas:** Propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes, estudar novas tecnologias e parcerias para agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. O número de colaboradores diretos da Companhia, em 31/03/2011, atingiu 1.890, sendo assim distribuídos: área agrícola (1.614), área industrial (221) e área administrativa (55). As ferramentas e programas de gestão e desenvolvimento de pessoal utilizados pela Companhia são: **Estagiário:** o objetivo é prepará-los através da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do estudante por meio da complementação do binômio ensino-aprendizagem prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o estudante e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores. **Jovem aprendiz:** através de convênios com instituições como SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia atende à legislação, prepara tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego. ***Trainee:*** objetiva atrair, reter e desenvolver talentos potenciais para atuar como líderes da organização no curto e médio prazo, a fim de garantir sustentabilidade ao negócio. Através do projeto "Líderes do Futuro", o *trainee* conhece a realidade da Companhia e aprende a relacionar-se com pessoas de diversas áreas e diferentes culturas e participa de uma abrangente agenda de cursos, visitas e trabalhos. **Remuneração:** adota práticas de remuneração compatíveis com o mercado e estabelece políticas que valorizam e reconhecem o desempenho dos colaboradores. **PPR - Programa de Participação nos Resultados:** com metas anuais e foco no desempenho econômico, financeiro e operacional da Companhia, os colaboradores podem obter até dois salários a mais por ano dependendo do alcance das metas acordadas. **Remuneração Variável:** a Companhia adota também a remuneração variável mensal baseada na performance das equipes, dos processos e no desempenho individual. Abrange os colaboradores dos processos agrícola e industrial que podem assim, obter um incremento substancial em sua remuneração mensal. **Benefícios:** oferece um pacote de benefícios aos colaboradores, sendo os principais os seguintes: plano de saúde, previdência privada, assistência odontológica e farmacêutica, refeição, cesta básica, transporte, seguro de vida. **Segurança:** a Companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e oferece um ambiente e uma atividade laboral que prezam pela integridade física do colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de diálogos diários de segurança, atuação efetiva das CIPA's (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPI's - Equipamentos de Proteção Individuais de primeira linha, certificados e desenvolvidos para atender exigências ergonômicas, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos. **Saúde Ocupacional:** possui uma estrutura própria que atende à legislação vigente, equipes treinadas constantemente e equipamentos de apoio. A Companhia investe em campanhas, programas e palestras de prevenção que garantem melhores condições de saúde e bem-estar aos colaboradores. A ginástica laboral, adotada em todas as áreas da companhia, proporciona a prevenção de lesões, corrige posturas e melhora o desempenho. **Treinamento / Capacitação:** o desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A Companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos. **Gestão de Potenciais:** preocupada em alcançar as metas de crescimento, a Companhia desenvolve programa que visa valorizar seus colaboradores através da identificação e preparação de seus possíveis sucessores. **Bolsas de Estudo:** com o objetivo principal de desenvolver as competências necessárias para alavancar a performance dos colaboradores, este programa contempla cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação.

4. Investimentos

Nova Fronteira - Consolidado	Mar/11
Investimentos (milhares de R$) - Usina Boa Vista	
Plantio de Cana	27.659
Industriais/Agrícolas	94.757
Tratos Culturais (Novo critério IFRS)	36.817
Total	**159.233**

O volume de investimentos da Usina Boa Vista (já considerando os tratos culturais como Capex) no acumulado de 12M11 somou R$ 159,2 Milhões. Na safra 11/12. A Nova Fronteira continuará os investimentos na Usina Boa Vista, dentro do cronograma para atingir a capacidade de moagem de 7 milhões de toneladas nos próximos anos. **5. Governança Corporativa e Política de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. **6. Perspectivas - Perspectivas para as Próximas Safras - Etanol:** O preço do etanol manteve sua tendência de alta durante o 4T11, conforme gráfico abaixo, com acréscimo de 15,6% e 20,2% para o etanol anidro e hidratado, respectivamente, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. No acumulado da safra, o preço médio tanto do anidro quanto do hidratado, teve alta superior a 14,5% no comparativo com o ano anterior. A subida dos preços está relacionada a um balanço entre oferta e demanda de etanol no Brasil bastante apertada durante a safra 10/11. Do lado da oferta, o clima seco durante a safra, acabou antecipando o término do período de moagem, resultando em um menor volume de etanol produzido em relação às expectativas do início da safra. Adicionalmente, devido a elevada rentabilidade do açúcar, as usinas continuaram, durante a safra 10/11, a priorizar a produção dessa commodity, sendo que os impactos de quebra de safra acabaram sendo refletidos mais na produção de etanol. Pelo lado da demanda, a venda de carros flex durante o ano de 2010, apresentou crescimento de 9% em relação a 2009. Mesmo com esse forte crescimento, a frota flex ainda representa 50% da frota total de veículos no Brasil, proporcionando muito espaço para o crescimento de demanda potencial. Adicionalmente, a demanda surpreendeu na entressafra, quando tivemos forte alta de preços e o consumo não caiu com a força que estava sendo esperada, conforme podemos observar no gráfico abaixo. Como resultado deste mercado mais equilibrado em termos de oferta e demanda, a paridade média do etanol em relação a gasolina nos postos de São Paulo, que representa aproximadamente 60% do consumo total de etanol no Brasil, passou de 60% na safra 2009/10, para 63% na safra 2010/11, impactada pela alta nos preços pagos ao produtor. Para a safra 11/12, as projeções da UNICA não apontam para nenhum incremento de oferta, resultando em um balanço entre oferta e demanda ainda mais apertado para esta nova safra. Com isso, acreditamos que a paridade de preços entre etanol e gasolina nos postos de combustível, tende a ser ainda mais próxima dos 70%, o que deverá se traduzir em um preço pago ao produtor acima do registrado na safra anterior.



7. Desempenho no exercício - valores consolidados

Destaques Financeiros (milhares R$)	Mar/11
Receita Bruta	173.487
Receita Líquida	153.875
EBITDA	62.581
Margem EBITDA	41%
Indicadores de Balanço Consolidado	
Ativo Total	1.137.328
Patrimônio Líquido	623.852
Dívida Líquida	301.044
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	48%

Nota: os resultados da Nova Fronteira Bioenergia referem-se a 10 meses de faturamento (Junho 2010 a Março 2011) porém, seus resultados são refletidos na Petrobras em proporção à integralização das ações da Petrobrás Biocombustível ocorrida em 01/11/2010.

DADOS OPERACIONAIS

Usina Boa Vista S/A	
Cana Processada (mil toneladas)	2.002
Própria	1.374
Terceiros	628
Colheita Mecanizada	100%
Produção	
Etanol Hidratada (mil m³)	111.104
Etanol Anidro (mil m³)	64.955
Energia ('000MWh)	135

8. Fontes de Recursos

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

ENDIVIDAMENTO	Mar/11
Em Milhares de R$	
Finem	355.619
Finem - (cesta de moedas)	71.574
Finame	25.736
Crédito Rural	16.745
Leasing Financeiro	37
Dívida Bruta Total	**469.711**
Disponibilidades	168.667
Dívida Líquida	**301.044**

O endividamento líquido da Nova Fronteira somou R$ 301 milhões em março/11, até dezembro/11 a Petrobrás Biocombustível aportará aproximadamente R$ 170 milhões, como parte do acordo assinado em junho/10, que serão utilizados na expansão da Usina Boa Vista. **9. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Companhia e está presente na missão da Companhia de oferecer produtos de forma inovadora e que assegurem a preservação dos recursos naturais existentes. Para a Companhia, ter como essência de seu negócio o etanol, energia e outros derivados da cana-de-açúcar, que é um recurso renovável, vai além de estabelecer um compromisso com o meio ambiente, comunidade, clientes, parceiros e consumidores. Significa, também, uma importante oportunidade de fomentar seu crescimento, ao mesmo tempo em que colabora para o bem-estar das futuras gerações. A sustentabilidade que permeia toda a cadeia produtiva da Companhia, abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa, até o relacionamento com a comunidade e os demais públicos de interesse. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da Companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio, através de melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional. **9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais - Capacitação para o primeiro emprego -** em parceria com instituições de Quirinópolis (GO), a Companhia investe em programas sociais que propiciam acesso ao mercado de trabalho para, jovens de 16 a 18 anos. Todos são oriundos do Ensino Médio regular destas comunidades e prestam serviços na área administrativa, recebendo noções de primeiro emprego e de responsabilidades, além de salário, benefícios e a oportunidade de permanecer na Companhia ao final do programa. **Salas de Desenvolvimento Psicossocial** - o projeto proporcionou a construção de salas de desenvolvimento psicossocial na Fundação Lions, bem como a reforma de outras áreas do Centro de Ensino Especial "Dr. Alfredo Mariz Costa", em Quirinópolis (GO), possibilitando melhor qualidade no atendimento a aproximadamente 160 pessoas de 5 a 94 anos, portadoras de necessidades especiais atendidas pela instituição. Este projeto tem o apoio do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa de Formação de Motoristas e Operadores** - com o aumento da mecanização agrícola e com o fim das queimadas previsto em lei, é necessário a capacitação da mão-de-obra remanescente. Embora já tendo um elevado índice de mecanização, a Companhia investe constantemente em seus trabalhadores rurais, capacitando-os a operar tratores, máquinas e colhedoras de cana após treinamento teórico. Através do "Programa de Formação de Motoristas e Operadores" esta ação tem suprido a demanda da Companhia por profissionais qualificados, e também disponibilizada ao mercado profissional para postos de trabalho qualificados. **Programa de formação de mantenedores de máquinas agrícolas** - em parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, este programa amplia as habilidades e capacita o trabalhador rural a realizar manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, principalmente em funções de solda, tornearia, mecânica, caldeiraria, eletroeletrônica, e componentes, entre outros. **Programa Capacitação da Comunidade e Aprendiz SENAI** - realizado em parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nas cidades de Rio Verde e Quirinópolis (GO), proporcionando aprendizado e crescimento profissional para as comunidades de Quirinópolis, onde está instalada a Usina Boa Vista. São disponibilizados cursos de metrologia, desenho técnico, mecânica diesel, mecânica industrial e eletroeletrônica. Este projeto tem o apoio do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Outra iniciativa importante é o convênio Aprendiz SENAI em parceria com as usinas, que funciona como porta de entrada dos jovens profissionais na empresa e no mercado de trabalho. **9.2. Projetos Ambientais** - **Centro de Educação Ambiental - CEA** - o Centro de Educação Ambiental (CEA), inaugurado em 2010 na Usina Boa Vista, é uma experiência de sucesso e uma instrutiva forma de ensinar sobre a preservação dos recursos naturais do planeta. **Viveiro de Mudas** - mantém um viveiro de mudas em Quirinópolis (GO), que produz, aproximadamente, 300 mil mudas de árvores por ano para reflorestamento de matas ciliares, reserva legal, e doações à comunidade, poder público, etc. São mais de 200 espécies de árvores nativas. Desta maneira, protege-se o meio ambiente, preservando a fauna e a flora original, prevenindo e evitando a erosão do solo e o assoreamento dos cursos d'água. **10. Aderência à Câmara de Arbitragem:** A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do artigo 44 de seu Estatuto Social.

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2011 - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora	Consolidado
Circulante		**420**	**227.279**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	420	168.667
Contas a receber de clientes	**7**	-	11.855
Estoques	**8**	-	27.516
Tributos a recuperar	**9**	-	17.554
Imposto de renda e contrib. social	**21**	-	645
Outros ativos	**11**	-	1.042
Não circulante		**623.581**	**910.049**
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	**10**	80.000	33
IR e contribuição social diferidos	**21**	**-**	71.323
Tributos a recuperar	**9**	-	34.783
Depósitos judiciais	**24**	-	180
Outros ativos	**11**	-	2.330
Investimentos	**12**	543.581	-
Ativos biológicos	**13**	-	148.481
Imobilizado	**14**	-	651.621
Intangível	**15**	-	1.298
TOTAL DO ATIVO		**624.001**	**1.137.328**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora	Consolidado
Circulante		**149**	**138.172**
Empréstimos e financiamentos	**16**	-	96.455
Fornecedores	**17**	-	22.216
Salários e contribuições sociais		-	10.035
Tributos a recolher		-	2.458
Partes relacionadas	**10**	-	80
Adiantamento de clientes		-	20
Outros passivos		149	6.908
Não circulante		**-**	**375.304**
Empréstimos e financiamentos	**16**	-	373.256
IR e contribuição social diferidos	**21**	-	1.493
Provisão para contingências	**24**	-	555
Patrimônio líquido	**18**	**623.852**	**623.852**
Capital social		684.870	684.870
Prejuízos acumulados		(61.018)	(61.018)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**624.001**	**1.137.328**

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de março de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora	Consolidado
Receitas	**25**	-	153.875
Custo dos produtos vendidos	**26**	-	(136.379)
Lucro bruto		**-**	**17.496**
Receitas(desp.)oper.: Desp. c/ vendas	**26**	-	(3.104)
Despesas gerais e administrativas	**26**	(171)	(12.505)
Resultado de equivalência patrimonial	**12**	(1.737)	-
Outras receitas, líquidas		-	1.167
		(1.908)	**(14.442)**
Lucro (prejuízo) operacional		(1.908)	3.054
Resultado financeiro	**27**		
Receitas financeiras		12	12.260
Despesas financeiras		-	(24.327)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		-	3.696
		12	(8.371)
Prejuízo antes do IR e da CS	**21(b)**	**(1.896)**	**(5.317)**
Imposto de renda e contribuição social			
Do exercício		-	(1)
Diferidos		-	3.422
Prejuízo do exercício		**(1.896)**	**(1.896)**
Prej. básico e diluído p/ação(em reais)	**28**	**(0,01)**	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de março de 2011 - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**Controladora**	**Consolidado**
Prejuízo do exercício	(1.896)	(1.896)
Ajustes: Depreciação e amortização	-	37.836
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	-	21.692
Variação no valor justo de ativos biológicos	-	4.621
Resultado de equivalência patrimonial	1.737	-
Custo residual de ativo imobilizado baixados	-	1.197
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	-	22.719
Reversão de provisão para contingências	-	(161)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(3.422)
Reversão da prov. p/ perdas na realiz. dos estoques	-	(6.202)
Ajuste a valor presente e outros	-	(2.305)
	(159)	74.079
Var. nos ativos e passivos: Contas a receber de clientes	-	(3.657)
Estoques	-	38.932
Tributos a recuperar	-	(1.741)
Partes relacionadas	-	(1.363)
Outros ativos	-	1.453
Fornecedores	-	(9.404)
Salários e contribuições sociais	-	2.171
Tributos a recolher	-	521
Provisão para contingê ncias	-	(368)
Outros passivos	149	3.602
Caixa prov. das (aplic. nas) ativid. operacionais	(10)	104.225
Juros pagos	-	(22.942)
Caixa líq. prov. das (aplic. nas) ativid. operac.	(10)	81.283
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	-	(94.757)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(80.000)	-
Aplicação de recursos em investimentos	(177.400)	-
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	-	(64.476)
Caixa líquido aplic. nas ativid. de investimentos	(257.400)	(159.233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa e equiv. de caixa receb. por aum. de capital	-	24.198
Aumento de capital	257.830	257.830
Instrumentos financeiros derivativos	-	(9.912)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	212.865
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(238.364)
Caixa líquido prov. das ativid. de financ.	257.830	246.617
Caixa e equival. de caixa no final do exercício	420	168.667

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social Subscrito	Capital social A integral.	Prejuízos acum.	Total
Subscrição de cap. na const. da Cia, em 4/03/10	**1.2**	1	(1)	-	-
Aum. de capital em 17/09/10	**1.2**	427.040	-	-	427.040
Subscrição e aum. de capital, após 1º/11/2010	**1.2**	420.874	(163.044)	-	257.830
Ajustes reflexos na adoção dos CPCs por controladas	**12.1**	-	-	(59.122)	(59.122)
Prejuízo do exercício		-	-	(1.896)	(1.896)
Em 31 de março de 2011		847.915	(163.045)	(61.018)	623.852

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/03/11 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional - 1.1. Informações gerais: A Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("Cia.") está sediada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social e atividade preponderante a participação no capital de outras empresas ("*holding*"), desde que essas tenham como objetivo social a produção e a comercialização de álcool (etanol) e energia elétrica. Como parte de seus objetivos estratégicos a Cia. mantêm investimentos nas seguintes controladas: • Usina Boa Vista S.A. ("UBV"); e • SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ"). A Cia. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela São Martinho S.A. ("SM") e Petrobrás Biocombustível S.A. ("PBio"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Cia. em 05/07/2011. **1.2. Constituição e aumento de capital social da Cia.:** A Cia. foi constituída em 4/03/2010 sob a denominação social de D.C.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e, subsequentemente, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 18/06/2010, alterou sua denominação social p/ Nova Fronteira Bioenergia S.A. Em 21/06/2010, a SM e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, por meio da sua subsidiária PBio anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos p/ produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. Com o referido acordo a Cia. passaria a ser uma "*joint venture*" entre a SM e a PBio, c/ o objetivo de elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("*greenfield*") SMBJ. Por meio da AGE de 17/09/2010, a SM e sua controlada Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Vale do Mogi") aumentaram o capital social da Cia., no montante de R$ 427.040, c/ a conferência da totalidade das ações que possuíam nas empresas Usina Boa Vista S.A. ("UBV") e SMBJ - Agroindustrial S.A. ("SMBJ"), pelo valor contábil, na data-base de 31/07/2010. Dessa forma, as referidas empresas passaram a ser subsidiárias integrais da Cia.. A Nota 2.2(a) a seguir descreve as principais atividades operacionais dessas investidas. Adicionalmente, na AGE de 1º/11/2010, foi aprovado novo aumento de capital social da Cia., no montante de R$ 420.874, mediante a subscrição de 410.293.373 novas ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R$ 1,025788, passando o capital social da Cia. ser de R$ 847.914. Conforme requerido pela CVM, foi aberto aos acionistas minoritários da SM (empresa de capital aberto) o direito de preferência no referido aumento de capital, sendo a parcela exercida por estes minoritários de 405.308 ações, no montante de R$ 416. As demais 409.888.065 ações emitidas, no montante de R$ 420.458 foram subscritas pela PBio, sendo R$ 257.423 integralizados até 31/12/2010 e R$ 163.035 que serão integralizados até 31/12/2011. Após as operações societárias descritas acima e à alienação de 405.308 ações da SM p/ a PBio, o capital social subscrito da Cia. passou a pertencer à SM (50,95%), à PBio (49%) e os acionistas minoritários (0,05%). **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis - 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas p/ as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras individuais da controladora são apresentadas juntas c/ as demonstrações financeiras consolidadas. Estas são as primeiras demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Cia. e também são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo c/ CPCs. As práticas contábeis brasileiras p/ exercícios anteriores ou intermediários até o encerramento deste exercício (BR GAAP antigo) possuíam diferenças importantes em determinados temas em relação às atuais práticas contábeis (CPCs). Embora as referidas diferenças de práticas contábeis não tenham afetado de forma significativa as demonstrações financeiras individuais da Cia., tiveram impactos importantes nas demonstrações financeiras consolidadas, em função dos efeitos na UBV. Assim, os principais aspectos observáveis na adoção dos CPCs pela Cia. e suas controladas (basicamente UBV) estão descrito na Nota 30. **2.2. Consolidação - (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Cia. tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido p/ a Cia.. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário p/ assegurar a consistência c/ as políticas adotadas pela Cia.. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e das suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas:

Empresa	Atividades principais
UBV-participação de 100% no capital social.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de álcool (etanol) e seus derivados,cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ-participação de 100% no capital social.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de álcool(etanol)e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola. A SMBJ foi constituída em 26 de novembro de 2007 e encontra-se em fase pré-operacional.

Adicionalmente, os seguintes principais procedimentos de consolidação foram adotados: a) Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas*;* b) Eliminação do saldo de investimento e do resultado de equivalência patrimonial*; e* c) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas e eventuais lucros não realizados decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as participações em controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas p/ chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3. Conversão em moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Cia. atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cia. e suas controladas. **(b) Transações e saldos:** As operações c/ moedas estrangeiras são convertidas p/ a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais, liquidas". **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez c/ vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros - 2.5.1. Classificação:** A Cia. classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade p/ qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Cia. não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível p/ venda. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos p/ negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, p/ fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos p/ negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge.* Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos c/ pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles c/ prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "Contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos" e parte do "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6). **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação p/ todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Cia. estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas c/ terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível c/ informações geradas pela administração da Cia.. **2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment:*** A Cia. avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado. Os critérios usados p/ determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) as empresas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo p/ aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada c/ os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam c/ as inadimplências s/ os ativos na carteira. A Cia. avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto p/ medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo c/ o contrato. Como um expediente prático, a Cia. pode mensurar a redução ao valor recuperável c/ base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente c/ um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, c/ as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa. A Cia. e suas controladas não aplicam a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*), embora façam uso de derivativos c/ o objetivo de proteção, motivo pelo qual as correspondentes variações do valor justo dos derivativos são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro". A partir de março de 2010, a controlada UBV passou a ter uma política de contabilização de *hedge accounting* p/ os derivativos assim designados. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Cia. e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada p/ proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Na liquidação das referidas operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do *hedge.* No período compreendido por essas demonstrações financeiras consolidadas, houve apenas operações c/ derivativos de "*swap*" de determinados financiamentos, os quais não foram designados como *hedge accounting* e foram integralmente liquidados durante o período, c/ seus efeitos registrados no resultado financeiro. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão p/ créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão p/ créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Cia. não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo c/ os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.8. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão p/ redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos c/ a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica "Ativos biológicos" - Nota 13. A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas c/ vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo do álcool. **2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados s/ os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto s/ ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente p/ determinação desses créditos diferidos, bem como dos créditos correntes, são de 25% p/ o imposto de renda e de 9% p/ a contribuição social (Nota 21). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível p/ ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, c/ base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.10. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 24. **2.11. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial c/ base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Cia., conforme demonstrado na Nota 12. **2.12. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção do álcool. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos c/ plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação s/ o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. **2.13. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 14. Terras e terrenos não são depreciados. Gastos c/ manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos c/ manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os custos dos encargos s/ empréstimos e financiamentos tomados p/ financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário p/ executar e preparar o ativo p/ o uso pretendido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado p/ seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados c/ o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.14. Intangível - (i) Programas de computador (*softwares*):** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas c/ base nos custos incorridos p/ adquirir os *softwares* e fazer c/ que eles estejam prontos p/ ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Cia., são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* p/ que ele esteja disponível p/ uso. • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos p/ concluir o desenvolvimento e p/ usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado c/ segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos c/ empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software.* **2.15. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente p/ se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado p/ verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos p/ o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.16. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados p/ arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária p/ liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões p/ contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, c/ base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Cia.. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.19. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes. **2.20. Reconhecimento de receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Cia.. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado c/ segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão p/ a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos p/ cada uma das atividades da Cia., conforme descrição a seguir. (i) **Venda de produtos:** As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos p/ o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados p/ o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos p/ o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo c/ o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Cia. tenha evidências objetivas de que todos os critérios p/ aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis p/ as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Cia. e suas controladas fazem estimativas c/ relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, c/ probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos p/ o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa:** A provisão p/ créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou c/ perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação s/ a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, histórico e outras características. **(b) Provisão p/ redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques:** A provisão p/ redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas c/ vendas. **(c) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos da Cia.

continua...

e suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados p/ estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 14. **(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Cia. e suas controladas reconhecem provisões p/ situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Cia. e suas controladas utilizam seu julgamento p/ escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente p/ que seu registro não apresente uma divergência significativa p/ o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. **(f) Provisão p/ contingências:** A Cia. e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões p/ contingências, constituídas p/ fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas c/ base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento s/ as matérias envolvidas. **(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** A Cia. e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. **4. Gestão de Risco Financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** A Cia. e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos p/ administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados c/ variação cambial e volatilidade dos preços do etanol, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda de seus produtos estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação p/ a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente c/ a finalidade de precificar e proteger as operações de vendas de etanol e energia elétrica de controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do mercado. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações c/ instrumentos financeiros c/ fins especulativos. A Cia. e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de valores BM&F Bovespa e em mercado de balcão c/ sólidas instituições financeiras. **4.2. Risco cambial:** A Cia. e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Cia. administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Cia.. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Cia. usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro da Cia. é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos. **4.2.1. Ativos e passivos expostos à variação cambial:** A Cia. e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos no montante de R$ 71.574 denominados em moeda estrangeira (cesta de moedas), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31/03/2011. **4.3. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado c/ taxa de juros:** Considerando que a Cia. não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Cia. são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Cia. e suas controladas decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem as empresas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem as empresas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o exercício, os empréstimos e financiamentos da Cia. e suas controladas às taxas variáveis eram mantidos em reais e cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene). A Cia. analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, a Cia. define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto s/ o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros p/ todas as moedas. Os cenários são elaborados somente p/ os passivos que representam as principais posições c/ juros. **4.4. Exposição a riscos de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Cia. e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Cia. controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, c/ critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes a Cia. avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **4.5. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada p/ a Cia. e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cia. p/ assegurar que haja caixa suficiente p/ atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido p/ administração do capital circulante, é investido em contas correntes c/ incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos c/ vencimentos apropriados ou liquidez suficiente p/ fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31/03/2011, a Cia. e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, c/ características de alta liquidez e circulação no mercado no montante de R$ 165.662 que se espera gerem prontamente entradas de caixa p/ administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Cia., por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Consolidado				
Em 31 de março de 2011	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Emprést. e financiamentos	96.455	188.831	120.780	63.645
Fornecedores	22.216	-	-	-
Partes relacionadas	80	-	-	-
Adiantamentos de clientes	20	-	-	-
Outros passivos	6.908	-	-	-

4.6. Gestão de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade p/ oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal p/ reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura ótima de capital, a Cia. pode rever o mix de endividamento de dívida e capital próprio de acordo c/ as melhores práticas de gestão. Condizente c/ outras companhias do setor, a Cia. monitora o capital c/ base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses. **4.7. Apuração do valor justo:** A determinação do valor justo (*"fair value"*) dos instrumentos financeiros contratados pela Cia. e suas controladas é efetuada c/ base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses podem divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados c/ os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado. A Cia. e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, p/ fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível p/ a Cia. e suas controladas p/ instrumentos financeiros similares. A Cia. e suas controladas aplicam o CPC 40 p/ instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos p/ ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado p/ o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e • Inserções p/ os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). Em 31/03/2011 os únicos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado estão representados pelas aplicações financeiras incluídas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e são classificadas como de Nível 2.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

Controladora					
Conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Total ativos	Outros passivos financeiros	Total passivos
Em 31 março de 2011					
Ativo					
Caixa e equiv. de caixa	8	412	420	-	-
Partes relacionadas	80.000	-	80.000	-	-
Passivo					
Outros passivos	-	-	-	149	149

Consolidado					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Total ativos	Outros passivos financeiros	Total passivos
Em 31 março de 2011					
Ativo					
Caixa e equiv. caixa	7.534	161.133	168.667	-	-
Contas a rec. clientes	11.855	-	11.855	-	-
Partes relacionadas	33	-	33	-	-
Depósitos judiciais	180	-	180	-	-
Outros ativos	3.372	-	3.372	-	-
Passivo					
Emprést. e financ.	-	-	-	469.711	469.711
Fornecedores	-	-	-	22.216	22.216
Partes relacionadas	-	-	-	80	80
Adiantamentos de clientes	-	-	-	20	20
Outros passivos	-	-	-	6.908	6.908

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Rendimentos	31/3/2011 Controladora	Consolidado
Caixa e bancos		8	3.005
Aplic. financeiras			
. CDB	100,5% (100,78% no consolid.) da var. do CDI - tx. méd. ponderada	412	101.173
. Debêntures compromissadas	101,16% da variação do CDI - taxa média ponderada	-	59.960
. Fundos - LFT	100% da variação da SELIC	-	4.529
		420	168.667

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos em conta-corrente disponíveis p/ uso imediato. Referidos saldos apresentam-se c/ valores significativos em função do fluxo normal das operações da Cia. e controladas. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos. **7. Contas a Receber de Clientes:** O saldo de contas a receber de clientes está composto por valores a receber de clientes do mercado interno, decorrente de vendas de etanol da UBV. Para o exercício findo em 31/03/2011, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão p/ perdas c/ créditos de liquidação duvidosa. Em 31/03/2011, as contas a receber de clientes no valor de R$ 178 encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Consolidado	A vencer	Vencidas e não provisionadas		
	Em até 30 dias	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	acima de 61 dias
Clientes mercado interno	11.677	43	24	111

O prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 36 dias. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

8. Estoques

	Consolidado
Produtos acabados e em elaboração	10.311
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	5.521
Insumos, materiais auxiliares, p/ manutenção e outros	11.684
	27.516

9. Tributos a Recuperar: A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Consolidado
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	36.105
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	8.341
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	7.872
Outros	19
	52.337
Ativo circulante	(17.554)
Não circulante	34.783

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos s/ aquisições de imobilizado).

10. Saldos e Transações c/ Partes Relacionadas -
a) Saldos do consolidado:

	Controladora	Consolidado	
De controladas e relacionadas:	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
UBV	80.000	-	-
SM	-	33	80
Sub-total	80.000	33	80
De acionistas, decorrente de compra de cana-de-açúcar: Fornecedores	-	-	425
	80.000	33	505

O saldo mantido c/ a UBV refere-se a adiantamento p/ futuro aumento de capital, que deverá ser integralizado no curso do próximo exercício. Os demais saldos são referentes a transações mercantis entre a UBV e a SM, em condições normais de mercado.

b) Transações do consolidado no exercício:

Consolidado	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas	Compras de produtos e serviços
SM	11	122	3.298	-
Pessoas físicas				
- prestação de serviços	113	-	-	-
- compra de cana-de-açúcar	-	-	-	1.700
	124	122	3.298	1.700

As transações c/ partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes s/ contratos de mútuo, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar de partes relacionadas, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas c/ terceiros. As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela Vale do Mogi até novembro de 2010, posteriormente pela SM, c/ o centro de serviços compartilhados. **c) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Ordenados e salários	112
Honorários e bônus	1.307
Contribuições previdenciárias e sociais	173
Plano de previdência privada	44
Outros	1
	1.637

11. Outros Ativos

	Consolidado
Despesas antecipadas	906
Adiantamentos diversos	50
Outros créditos	2.416
	3.372
Ativo circulante	(1.042)
Ativo não circulante	2.330

12. Investimentos: Os saldos de investimentos da controladora em sociedades controladas são compostos como segue:

12.1. Sociedades controladas

Controladora	UBV	SMBJ	Total
Em Sociedades controladas:			
Ações possuídas (milhares)	647.688	10.200	-
Percentual de participação	100%	100%	-
Capital social	647.688	10.200	-
Patrimônio líquido	535.382	8.199	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(12.621)	27	-
Moviment. dos investim.: Saldos em 4/03/2010			
Particip. recebida em integralização de capital	416.884	10.156	427.040
Integralização de capital	177.400	-	177.400
Aj. reflexos na adoção dos CPCs p/ controladas:			
Reflexo baixa gastos pré-operac. em control.	(24.759)	(2.003)	(26.762)
Reflexos dos efeitos ativos biológ. em control.	(31.001)	-	(31.001)
Reflexo constit. de imp. diferidos s/ mais-valia	(1.359)	-	(1.359)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.783)	46	(1.737)
Saldos em 31 de março de 2011	535.382	8.199	543.581

Os ajustes reflexos na adoção nos novos CPCs por controladas estão detalhados na Nota 30. **13. Ativos Biológicos:** Em 31/03/2011, a controlada UBV possui lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas no Estado de Goiás, que utiliza como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco safras. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado c/ base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do álcool; e b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários p/ que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos c/ a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes s/ o fluxo de caixa positivo. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Consolidado 2011
Área estimada de colheita (ha)	29.581
Produtividade prevista (ton/ha)	73,70
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	145,00
Preço médio projetado de ATR (R$)	0,4321

Com base na estimativa de receitas e custos, a UBV determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível p/ remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante os exercícios é a seguinte:

	Consolidado
Saldo recebido na incorporação de ações de controlada	109.845
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	64.476
Variação no valor justo	(4.621)
Reduções decorrentes da colheita	(21.219)
Ativos biológicos no final do exercício	148.481

(a) Compromissos c/ arrendamento mercantil operacional e compra futura de cana-de-açúcar: A Cia. e suas controladas firmaram contratos de arrendamentos mercantis e de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos de arrendamento e de compra de cana-de-açúcar têm vigência de seis a doze anos, a maioria é renovável no término do período. Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. Em 31/03/2011, os pagamentos totais estimados de arrendamentos e contratos de compra, são estimados como segue:

	Consolidado
Menos de um ano	31.983
Mais de um ano e menos de cinco anos	104.595
Mais de cinco anos	39.808
	176.386

14. Imobilizado

Consolidado — Saldos na incorporação de ações de controladas	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Benfeitoria em bens de terceiros	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Custo	32.968	142.296	257.815	35.217	57.367	34.184	4.338	60.898	625.083
Depreciação acumulada	-	(5.536)	(19.757)	(5.861)	(15.258)	(8.537)	(488)	-	(55.437)
Valor residual	32.968	136.760	238.058	29.356	42.109	25.647	3.850	60.898	569.646
Aquisição	-	11	19.763	7.277	11.304	10.196	319	51.539	100.409
Alienação (residual)	(400)	-	-	(182)	(615)	-	-	-	(1.197)
Transferências entre contas	-	2.727	46.403	-	1	-	617	(49.748)	-
Depreciação	-	(2.618)	(6.652)	(1.595)	(3.495)	(2.570)	(307)	-	(17.237)
Saldo em 31 de março de 2011	32.568	136.880	297.572	34.856	49.304	33.273	4.479	62.689	651.621
Custo	32.568	145.035	323.550	42.260	68.233	44.380	5.274	62.689	723.989
Depreciação acumulada	-	(8.155)	(25.978)	(7.404)	(18.929)	(11.107)	(795)	-	(72.368)
Valor residual	32.568	136.880	297.572	34.856	49.304	33.273	4.479	62.689	651.621
Taxas médias de depreciação		2,73%	4,35%	7,46%	9,48%	20,00%	10,00%		

Em 31/03/2011, o saldo de obras em andamento refere-se à adequação do parque industrial da UBV p/ o aumento na produção de etanol e geração de energia elétrica e outras melhorias. Os gastos c/ manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte. A controlada UBV durante o exercício, capitalizou encargos financeiros no montante de R$ 3.211.

15. Intangível

	Consolidado
Software	2.138
Amortização acumulada	(840)
	1.298

16. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Consolidado
Em moeda nacional:				
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(c)	Parcela única c/ vencto. em Abr/2011 e Jan/2012	16.745
Finame	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 3,88% a.a. pagos mensalmente	(a)	Parcelas mensais c/ venctos. entre Abr/2011 e Jul/2014	13.928
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,9% a.a. pagos mensalmente	(a)	Parcelas mensais c/ venctos. entre Abr/2011 e Fev/2019	293.893
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 4,55% a.a. pagos mensalmente	(a)	Parcelas mensais c/ venctos. entre Mar/2012 e Fev/2019	61.726
Finame	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,99% a.a. paga mensalmente	(b)	Parcelas mensais c/ venctos. entre Abr/2011 e Set/2014	2.103
Finame (FCO)	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,5% a.a. paga mensalmente	(b)	Parcelas mensais c/ venctos. entre Abr/2011 e Nov/2019	9.705
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,08% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais c/ venctos. entre Abr/2011 e Mai/2013	37
Em moeda estrangeira:				
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,54% a.a. pagos mensalmente	(e)	Parcelas trimestrais c/ venctos. entre Abr/2011 a Abr/2019	71.574
Total				469.711
Passivo circulante				(96.455)
Não circulante				373.256

Em 31/03/2011, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

	Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos em 31/03/2011	Valor contábil ou contratual
(a)	Hipoteca - 11.619 ha. de terras	233.779
	Alienação fiduciária de equipamentos industriais	134.177
	Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	28.220
	Nota promissória	11.298
(b)	Hipoteca - 199 ha. de terras	3.602
	Alienação fiduciária de equipamentos industriais	175.987
	Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	5.996
	Nota promissória	5.268
(c)	Nota promissória	26.000
(d)	Nota promissória	109
(e)	Hipoteca - 2.338 ha. de terras	47.051
	Alienação fiduciária de equipamentos industriais	31.263

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar. Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	Consolidado
De 1º/04/12 a 31/03/13	94.360
De 1º/04/13 a 31/03/14	94.471
De 1º/04/14 a 31/03/15	90.192
De 1º/04/15 a 31/03/16	30.588
De 1º/04/16 a 31/03/17	21.292
De 1º/04/17 a 31/03/26	42.353
	373.256

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes.

]17. Fornecedores

	Consolidado
Cana-de-açúcar	8.502
Materiais, serviços e outros	13.714
	22.216

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto s/ o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. **18. Patrimônio Líquido - (a) Capital social:** Em 31/03/2011 o capital social está dividido em 678.388 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Reserva legal e p/ orçamento de capital:** A reserva legal é constituída anualmente c/ a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada p/ compensar prejuízo e aumentar capital. **(c) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% s/ o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. **19. Plano de Benefícios a Empregados e Administradores:** Em setembro de 2008, a controlada UBV contratou plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida. A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da UBV. O montante dessa participação no exercício findo em 31/03/2011, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R$ 98, no consolidado. **20. Programa de Participação nos Lucros e Resultados:** Em conformidade c/ Acordos Coletivos de Trabalho, firmados c/ as categorias de seus colaboradores, a controladas UBV implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a controlada e seus colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo p/ fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos c/ mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações p/ o mercado. Estes indicadores são segregados p/ aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, p/ fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo. O montante dessa participação no exercício findo em 31/03/2011 , registrado como custos ou despesas operacionais no resultado consolidado foi de R$ 3.138. **21. Imposto de Renda e Contribuição Social - a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:**

Créditos tributários	Consolidado
No ativo circulante - Antecipações	
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar	645
No ativo não circulante - Créditos diferidos	
. Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	30.084
. Contribuição social s/ base negativa acumulada	10.830
Tributos sobre diferenças temporárias de: . Prov. p/ contingências	190
. Ativos biológicos (variação para o valor justo)	17.542
. Despesas pré-operacionais (Diferido, baixado)	12.677
	71.323
Débitos tributários - No passivo não circ. - Débitos diferidos	
Trib. s/ dif. temp. de: .Mais-valia de ativos - Terras da UBV	(1.493)

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos s/ prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Cia. e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade c/ as práticas contábeis vigentes. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração e pela expectativa de realização das diferenças temporárias, é de ocorrer nos próximos 10 anos, substancialmente a partir da safra 2013-2014. **b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:** Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados c/ as alíquotas vigentes, como segue:

	31 de março de 2011 Imposto de renda	Contribuição social
Controladora:		
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	(1.896)	(1.896)
Alíquotas vigentes - %	25%	9%
	474	171
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Diferenças permanentes		
Equivalência patrimonial	(434)	(156)
Créditos diferidos não constituidos	(40)	(15)
Imposto de renda e contribuição social		
Consolidado:		
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	(5.317)	(5.317)
Alíquotas vigentes - %	25%	9%
	1.329	479
Reconciliação p/ a taxa efetiva: Difer. permanentes		
Incentivos fiscais de ICMS não tributados	2.192	789
Créditos diferidos não constituídos	(40)	(15)
Despesas não dedutíveis	(356)	(128)
Estorno de tributo diferido - RTT	(609)	(220)
	2.516	905
Imposto de renda e contribuição social	3.421	

22. Subvenção p/ Investimentos: A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", c/ redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado s/ o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva p/ Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção, na UBV. Para o exercício findo em 31/03/2011, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R$ 8.768. **23. Compromissos - 23.1. Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal:** A Cia. adquiriu áreas no município de Quirinópolis-GO c/ o objetivo de assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tratam-se de matas ciliares e áreas destinadas à chamada "reserva legal" cuja averbação está sendo promovida conforme estabelece a legislação do Estado de Goiás. Nas lavouras em áreas de parceria ou arrendamento, as matas ciliares, as encostas e as áreas destinadas à reserva legal, são respeitadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar e a Cia. não promove qualquer intervenção nessas áreas. Os investimentos em áreas próprias destinadas à preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado. **23.2. Concessão de direito de preferência na compra de etanol:** A Cia. outorgou à PBio direito de preferência, em termos e condições de mercado, p/ compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da UBV e SMBJ. **24. Provisão Para Contingências - 24.1. Perdas prováveis:** A controlada UBV, c/ base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões p/ contingências p/ os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

Consolidado	Saldo na incorporação de ações	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de março de 2011
Tributários	89	-	-	-	8	97
Cíveis	-	40	-	-	6	46
Trabalhistas	696	248	(242)	(362)	72	412
	785	288	(242)	(362)	86	555
(-) Dep. judiciais	(123)	(97)	-	38	2	(180)
	662	191	(242)	(324)	88	375

Em 31/03/2011, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: **Processos tributários:** Referem-se, substancialmente, a honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados p/ defesa da empresa em processos tributários. **Processos trabalhistas:** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas "in itinere"; (ii) responsabilidade subsidiária decorrente da relação contratual havida c/ empresas terceirizadas; e (iii) autos de infração lavrados pela Delegacia Regional do Trabalho. **24.2. Perdas possíveis (passivo contingente):** A controlada UBV é parte em outros processos passivos relativos à: (i) autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda de Goiás visando o recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS; e (ii) processos judiciais de natureza indenizatória, os quais totalizam R$ 9.233. O êxito nestes processos dependerá da análise das peculiaridades do caso concreto. Com base na posição dos advogados da Cia., o risco de perda é classificado como possível (passivo contingente). A Administração da Cia. e suas controladas, baseada na opinião de seus advogados, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo s/ os resultados futuros.

25. Receitas

	Consolidado
Receita bruta de vendas: Mercado interno	173.487
Impostos , contribuições e deduções sobre vendas	(19.612)
	153.875

26. Despesas por Natureza

	Controladora	Consolidado
Adubos, fertilizantes, defensivos e insumos	-	17.434
Cana-de-açúcar de terceiros	-	26.932
Combustíveis, lubrificantes e pneumáticos	-	8.159
Deprec. e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	-	39.267
Impostos, taxas e contribuições	-	730
Mão-de-obra, encargos e benefícios	-	43.696
Outras despesas	17	9.167
Peças/serviços de manutenção	-	14.743
Serviços de terceiros	154	20.674
Gastos com transportes de terceiros	-	7.999
Materiais para revenda	-	7.549
	171	196.350

	Controladora	Consolidado
Ativos biológicos, investimento em plantio e tratos	-	(58.364)
Imobilizado, investimentos em manutenções relevantes	-	(19.659)
Variação nos estoques de produtos acabados	-	33.661
Total dos custos dos produtos vendidos, despesas c/ vendas e gerais e administrativas	171	151.988

27. Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Controladora	Consolidado
Juros recebidos e auferidos	12	8.865
Resultado positivo c/ derivativos	-	217
Outras receitas	-	3.178
	12	12.260
Despesas Financeiras: Juros pagos e incorridos	-	(16.190)
Resultado negativo com derivativos	-	(7.226)
Outras despesas	-	(911)
	-	(24.327)
Variação monet. e cambial: Var. monet. e cambial positiva	-	5.134
Variação monetária e cambial negativa	-	(1.438)
	-	3.696
Resultado financeiro, líquido	12	(8.371)

28. Prejuízo Por Ação - (a) Básico: O prejuízo básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Cia. pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Numerador	**2011**
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.896)
Denominador	
Média ponderada do nº de ações ordin. no exerc.-lotes de mil (*)	370.520
Resultado básico por ação	
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,01)

(*) Foram consideradas todas as ações subscritas, p/ todo o exercício. **(b) Diluído:** O prejuízo básico por ação e o prejuízo diluído por ação são iguais pelo fato de a Cia. não possuir nenhum instrumento c/ o efeito diluidor s/ o prejuízo por ação. **29. Cobertura de Seguros:** A controlada UBV mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros c/ coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes p/ cobrir eventuais perdas significativas s/ seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31/03/2011 são:

Riscos cobertos	Consolidado
Danos materiais	146.745
Incêndios, raios e explosões de qualquer natureza	77.695
Responsabilidade civil	123.877
	348.317

As lavouras de cana-de-açúcar não estão cobertas por apólices de seguros, mas a Administração adota diversas medidas preventivas contra incêndio p/ minimizar riscos de perdas. **30. Adoção do IFRS e dos CPCS Pela Primeira Vez - 30.1. Base da transição e aplicação dos CPCs 37 e 43:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas p/ o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade c/ os CPCs. A Cia. aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras. Considerando que essas também são as primeiras demonstrações financeiras anuais da Cia., esse é o ano de transição, motivo pelo qual não é aplicável qualquer reapresentação p/ refletir os efeitos das novas práticas contábeis adotadas no Brasil - CPCs. Sendo assim, as isenções ou exceções da aplicação retrospectiva não são aplicáveis às presentes demonstrações financeiras. Os principais impactos, inclusive c/ efeitos retrospectivos, que afetaram as controladas da Cia. e que, portanto, tiveram reflexos p/ o consolidado são os seguintes: **(a) Ativo biológico:** Os ativos biológicos da controlada UBV (representados por lavouras cana-de-açúcar) eram registrados no BR GAAP antigo ao custo de formação. Os referidos custos eram classificados no grupo dos estoques, no caso dos gastos c/ tratos culturais do ano corrente, e como parte do ativo imobilizado, no caso dos gastos c/ o plantio (soqueira da cana-de-açúcar). Em linha c/ o CPC 29, a UBV ajustou, de forma retrospectiva à data de transição, seus ativos biológicos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda e reclassificou os correspondentes valores p/ um grupo de conta específico no balanço patrimonial ("Ativos biológicos"). **(b) Gastos pré-operacionais (baixa do Ativo diferido):** Até 31/12/2009, nos termos do BR GAAP antigo as controladas UBV e SMBJ adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesas imediatamente. Dessa forma, no consolidado, os correspondentes saldos, bem como a amortização reconhecida durante o exercício, foram ajustados. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ajustes mencionados nos itens (a) e (b), acima, tiveram seus correspondentes reflexos de tributos diferidos registrados à razão de 34% s/ os respectivos ajustes, em contrapartida do patrimônio líquido das controladas. Adicionalmente aos reflexos dos ajustes mencionados acima, a UBV registrou os tributos diferidos s/ mais-valia da reavaliação de terras, que reduziram o patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial") da UBV, e, de forma reflexa, os prejuízos acumulados da Cia.. O BR GAAP antigo não previa o registro de tributos diferidos s/ a mais-valia de reavaliação de terras, motivo pelo qual esses ajustes tiveram que ser realizados p/ alinhamento à prática contábil internacional, conforme previsto pelo ICPC 10.

A ADMINISTRAÇÃO

MANOEL DE MOURA SILVA FILHO - Contador - CRC 1SP 215551/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Nova Fronteira Bioenergia S.A. Examinamos as demonstrações financ. individuais da Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("Cia.") que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa p/ o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financ. consolidadas da Nova Fronteira Bioenergia S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/03/2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa p/ o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da adm. s/ as demonstrações financ.:** A adm. da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financ. de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários p/ permitir a elaboração de demonstrações financ. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião s/ essas demonstrações financ. c/ base em nossa auditoria, conduzida de acordo c/ as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada c/ o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financ. estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados p/ obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financ.. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financ., independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes p/ a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financ. da Cia. p/ planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não p/ expressar uma opinião s/ a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela adm., bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financ. tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada p/ fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financ. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrim. e financeira da Nova Fronteira Bioenergia S.A. e da Nova Fronteira Bioenergia S.A. e suas controladas em 31/03/11, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados p/ o exerc. findo nessa data, de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Ribeirão Preto, 05 de Julho de 2011.

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S"

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP